

**ATA DA 18ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO**

<b>LOCAL:</b> Auditório do Edifício Sede da CGU	<b>DATA:</b> 12 de dezembro de 2018
<b>DURAÇÃO:</b> das 14h30 às 17h30	

Membros do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC), nos termos do Decreto nº 9.468/2018 e Portaria CGU nº 2831/201:

**1) Representantes do Poder Público presentes:**

1.1) **Wagner Rosário**, Ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e Presidente do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC);  
1.2) **Júlio de Melo Ribeiro**, Adjunto da titular da Advocacia-Geral da União (AGU), membro titular no CTPCC; 1.3) **Adriano Augusto de Souza**, Assessor Especial na **Casa Civil da Presidência da República**; membro titular no CTPCC; 1.4) **Maria das Graças Gonçalves Almeida**, Ouvidora do Ministério da Justiça, membro titular no CTPCC; 1.5) **Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda**, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), membro titular no CTPCC; 1.6) **Jailor Capelossi Carneiro**, Corregedor do MP, membro suplente no CTPCC.

**2) Representantes da Sociedade Civil presentes:**

2.1) **Sergio Rodrigo Andrade**, Diretor Executivo da **Agenda Pública**, membro titular no CTPCC;  
2.2) **Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin**, Presidente do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI), membro titular no CTPCC; 2.3) **Caio Luiz Carneiro Magri**, Diretor-Presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Ethos), membro titular do CTPCC; 2.4) **Marina Martins Ferro**, Coordenadora no **Ethos**, membro suplente no CTPCC;  
2.5) **Tatiana Quintela de Azeredo Bastos**, membro do Conselho Superior do Observatório Social do Brasil (OSB), membro titular no CTPCC; 2.6) **Roni Enara Teresinha Rodrigues**, Diretora Executiva do **OSB**, como membro suplente no CTPCC; 2.7) **Manoel Galdino Pereira Neto**, Diretor Executivo da **Transparência Brasil**, membro titular no CTPCC; 2.8) **Maria Ivoneide de Lima Brito**, Ouvidora na Universidade de Brasília (UnB), membro titular no CTPCC;

**3) justificaram formalmente a ausência:**

3.1) **Francisco Eduardo de Holanda Bessa**, Assessor Especial de Controle Interno do Ministério da Fazenda (MF), membro titular no CTPCC; 3.2) **Fabiana Vieira Lima**, Corregedora do MF, membro suplente no CTPCC; 3.3) **Erick Biill Vidigal**, membro da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP-PR), membro titular no CTPCC; 3.4) **Paulo Henrique Lucon**, membro da CEP-PR, membro suplente no CTPCC; 3.5) **Pablo Silva Cesário**, Gerente Executivo de Relacionamento com o Poder Executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI); 3.6) **Cássio Augusto Muniz Borges**, Superintendente Jurídico da CNI. Os representantes da CNI designaram **Cesar Galiza**, Gerente de Articulação e Controle da CNI, para participar da reunião, compondo a mesa de debates do CTPCC.



Participaram na condição de apoio técnico e administrativo do CTPCC, nos termos do §2º do Artigo 11 do Decreto nº 9.468/2018: a Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da CGU, **Claudia Taya** e o Diretor de Transparência e Controle Social da CGU, **Otávio Moreira Castro Neves**, que compuseram a mesa de debates do CTPCC.

Registrarmos a presença na 18ª Reunião do CTPCC de **Ney da Nóbrega Ribas**, Presidente do Observatório Social do Brasil (OSB).

Na condição de apoio administrativo, nos termos do §2º do Artigo 11 do Decreto nº 9.468/2018, participaram da reunião os seguintes servidores da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC): **Maria de Fátima Rezende**, Chefe de Gabinete da STPC; **Fabiana Cristina de Oliveira Fiorini**, Assessora Técnica da STPC, **Patrícia Marques Ribeiro**, **Luiza Ferreira da Silva** e **Fábio Félix Cunha da Silva**, que redigiu e assina esta Ata de Reunião.

A presente ata foi aprovada pelos integrantes do Conselho, mediante disponibilização de versão preliminar, sobre a qual foi efetivado ajuste demandado por **Maria Ivoneide de Lima Brito**, Ouvidora na Universidade de Brasília (UnB), membro titular no CTPCC.

## I – ABERTURA DA REUNIÃO

A Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção **Claudia Taya** abriu os trabalhos saudando aos presentes, agradecendo a presença e a participação dos membros do Conselho na cerimônia de celebração do Dia internacional Contra a Corrupção, realizada no período da manhã. Ponderou que o evento do Dia Internacional é uma oportunidade para prestação de contas à sociedade sobre o trabalho que a CGU desenvolve. Contextualiza a abertura desta reunião tratando sobre a necessidade de renovação do Decreto anterior que regulamentava o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, que era de 2003 e não previa rotatividade entre os membros, principalmente entre os representantes da sociedade civil. O novo Decreto possibilita a renovação a cada três anos, no máximo seis se houver renovação. No modelo anterior, havia quinze anos em que os integrantes eram os mesmos. Considerou que todos são e foram muito importantes, mas é preciso haver rotatividade para que se possibilite a representatividade. Tratou sobre o processo seletivo de escolha de novos representantes da sociedade civil, que foi exitoso. Abordou a inclusão de novos temas na atuação dos novos representantes, como controle social – que nem era abordado em 2003 e hoje faz parte da pauta de todos os governos e gestores, a Lei de Acesso à Informação, integridade, governo a aberto, a fim de dar mais agilidade e efetividade ao novo conselho. Registra o contentamento em realizar a primeira reunião da nova composição do Conselho ainda em 2018 para que possamos iniciar uma programação para o próximo ano. Agradece uma vez mais e passa a palavra ao Presidente do Conselho, Ministro **Wagner Rosário**. O Ministro saúda a todos, se apresenta e passa a palavra a todos os integrantes da mesa para que também se apresentem. Após as breves apresentações de todos os componentes da mesa, o Ministro registra o elevado nível das instituições representadas no Conselho, pondera sobre a quantidade de representantes e sobre a paridade de representação no



CTPCC entre sociedade civil e governo. Aborda a importância da missão e dos temas a serem pautados pelo Conselho. O Ministro anuncia que não poderá ficar até o fim da reunião, pois embarca para Porto Alegre em breve. Destacou a necessidade do Conselho desenvolver uma maneira ser bastante efetivo. Falou sobre a integração dos órgãos de controle no governo federal e sobre a criação de um Comitê de Combate à Corrupção no governo para adoção de medidas. Ponderou sobre os efeitos das recomendações de apenas um único órgão do governo e comparou com os efeitos em decisões e recomendações de um conjunto de cinco órgãos atuarão num Comitê. Tratou da importância do CTPCC, que poderá traçar questões relevantes que poderão pautar o próprio Comitê. Considerou sobre os temas que podem ser mais caros e relevantes para cada instituição e sobre os avanços que podem ser obtidos, haja vista a experiência das instituições representadas no CTPCC. Registrhou que a última reunião do CTPCC foi em dezembro de 2015, então entende que é necessário pautar e registrar sobre tudo o que foi feito desde então, e passa então a tratar especificamente sobre dos últimos avanços no tema.

## II – DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

**Ministro Wagner Rosário:** Tratou sobre o “**Lançamento do Novo Portal da Transparência**”. Fez referência às inovações do Novo Portal, tais como a linguagem cidadã, a melhoria na navegação e nos novos conteúdos, além de tudo o que já havia sido exibido sobre o Novo Portal na cerimônia do Dia Internacional. Abordou os “**Painéis do Ministério do Planejamento**”, ponderando ainda sobre a criação da super secretaria que substituirá o Ministério do Planejamento e entende que haverá condições para que essa e outras políticas sejam continuadas. Falou sobre a criação do **Portal Tesouro Transparente**. Ponderou o acompanhamento da CGU da “**Lei de Acesso à informação**”, em especial da transparência passiva e sobre o cumprimento dos prazos da Lei. Pelos dados que foram apresentados nesta manhã, esse é um aspecto que precisa melhorar muito. Devem ser propostas algumas mudanças na Lei de Acesso à Informação, mas não será nada que retire qualquer direito. São somente alguns prazos de recurso, e alguns outros detalhes, que serão apresentados na próxima reunião. Informou sobre a adoção de medidas para **preservação da identidade do solicitante de informação pública**, bem como sobre a **política de dados abertos (Decreto 8.777/2016)**, na qual já superamos 6 mil bases abertas. Há muito para se avançar e a contribuição dos membros do conselho, em especial da sociedade civil, será fundamental. Relatou sobre a criação do **Programa Pacto**, que é um piloto de apoio aos municípios. A respeito da situação da **identidade institucional da CGU**, informa que não sabe ainda qual será a nova nomenclatura. A solução que está propondo é que fique Ministério da Controladoria-Geral da União, ou somente Controladoria-Geral da União. Contudo, informa que o status de ministério traz a ideia da possibilidade de trabalhar com políticas públicas. Ou seja, uma coisa é desenvolver uma transparência no nível federal, a outra quando é preciso desenvolver isso nos níveis estaduais e municipais, principalmente neste último. O que temos feito é desenvolvido sistemas que podem ser passados para estados e municípios, como o e-Ouv. É muito mais inteligente criar uma única ferramenta de manifestação do cidadão e isso ir para uma base



única, com a qual podemos varrer todos os municípios, do que cada um ficar criando a sua própria base. Haverá uma reunião na próxima semana com o Ministério Público cujo tema é a criação de uma base única de portal da transparência para todo o país (todos os estados e municípios). Isso vai ser o caminho, já há um modelo de base pronta e o CTPCC virá para dar força para projetos dessa natureza. Tratou dos resultados da **Escala Brasil Transparente**, cujos dados foram apresentados na cerimônia do Dia Internacional Contra a Corrupção. Ainda temos muito a evoluir, mas também já evoluímos muito. Não foi só a CGU, mas também o trabalho da sociedade civil e de muitos que se engajaram nesse processo. Há muitos problemas, mas está acabando o espaço para não enfrentar essa temática. O momento está propício para gente crescer. Abordou o **Programa de Integridade na Administração Pública Federal**, destacando o desafio de repassar esse processo também para estados e municípios. Dos 200 órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional, 130 indicaram uma Unidade de Integridade, sendo que 70 ainda não o fizeram. E o prazo era até 30 de novembro para entregar o Plano de Integridade. Do total de órgãos, 97 entregaram o Plano de Integridade, mas não estamos discutindo se esses planos estão bons ou ruins. É como na primeira etapa da Escala Brasil Transparente, a análise inicial é se houve qualquer tipo de resposta. Nas rodadas seguintes é que passou a verificar os conteúdos. Sobre o desenvolvimento dos Planos de Integridade nos órgãos, prevê dificuldades muito grande nas universidades, que enfrentam graves problemas. Relata que houve reunião com o reitor que preside a ANDIFES e registra o facilitador da qualificação dos responsáveis, os quais são todos doutores. O interesse é que os órgãos tenham uma gestão voltada para os riscos de integridade. Cada órgão e instituição tem seus riscos e a intenção é que possamos gerar medidas que realmente impactem. Registra ainda o desenvolvimento de ferramentas que possam ser passadas para os ministérios, como, por exemplo, um sistema de checagem de nepotismo. Nem todos os órgãos terão uma área de TI exclusiva e com recursos para desenvolver essas soluções e a ideia não é sobreregar nenhuma instituição. Relata sobre a preocupação quanto algumas normas de fomento à integridade na Administração Pública que colocam, por exemplo, a obrigatoriedade de haver uma área de *compliance* nas empresas participantes. E, após a norma, não há quem faça a verificação, não se sabe qual o nível, não se sabe a efetividade e isso só fomenta a aquisição de programas de integridade de “prateleira”. Tudo o que se cria na licitação como exigência, acaba sendo um custo que terá que ser absorvido pelo governo. As compras já caras e se implementa uma exigência dessa natureza sem nenhum compromisso com a avaliação, o que se terá é o aumento do preço sem nenhuma melhoria na área de *compliance* dessas empresas. Falou sobre o lançamento do **Painel de Integridade Pública**, convidou todos a acessarem e informou ter conhecimento sobre alguns órgãos que elaboraram o Plano de Integridade, mas não alimentaram o sistema do Painel, como o caso da AGU. Tratou ainda sobre o **The Integrity App**, que é um aplicativo desenvolvido tanto para o setor público como o privado, no qual é possível responder vários questionamentos e, no final, é apresentada uma nota sobre como está a integridade em sua instituição. É uma parceria com a *Alliance for Integrity* e a ideia é que ele seja fomentado ao máximo, inclusive fora do Brasil. Informou sobre um compromisso feito em reunião da OCDE, sobre o monitoramento e comparação do nível de integridade na América do Sul, tanto para área privada quanto para área pública. O gestor poderá ter acesso a essa informação e trabalhar para resolver os problemas apontados. Tratou também sobre **parceria com a CLOO Behaviour Insights Unit**, dando



exemplo sobre elementos para incentivar verdadeiras mudanças de comportamento no contexto da implementação dos programas de integridade.

**Claudia Taya (CGU):** Informa que no âmbito dessa parceria deve ser lançado um primeiro guia sobre *insights* comportamentais na integridade pública.

**Ministro Wagner Rosário:** Informou sobre a **mudança no Pro-ética**, a fim de conceder tempo hábil para as empresas implementarem as modificações. Lançamento do **Manual Prático de Avaliação de Programas de Integridade em PAR**, que ficou muito bom, com muitos exemplos práticos. Tratou sobre a necessidade de **ampliar a parceria com o SEBRAE**, para gerar mecanismos simples para implementação nas pequenas empresas. Informou sobre o **prêmio internacional Compliance & Ethics Award** recebido pela CGU, fruto de um trabalho iniciado na gestão do Ministro Jorge Hage, que pode até ter sido debatido no âmbito do CTPCC. Por fim, tratou sobre as ações para a promoção da ética e da cidadania, que é o programa em que espera entregar até junho do ano que vem o material completo do primeiro ao quinto ano e, a partir de então, trabalhar do 6º ao 9º ano.

**Ministro Wagner Rosário:** Coloca que será preciso decidir entre os participantes sobre como tornar as reuniões do CTPCC efetivas. Indica que nesta reunião não haverá como debater nenhum tema específico, mesmo porque a próxima reunião será marcada para março (evitando o período de férias em fevereiro), espera que se crie um grupo virtual e que se coloque as pautas, além de registrar que há um norte muito bem traçado nas 70 novas medidas contra a corrupção. O CTPCC é um local muito rico de discussão, pois contempla especialistas da área pública e da sociedade civil. Ressalta que entende como inadequada as soluções que criam autoridade para atribuições para quais já existem órgãos competentes. A Administração Pública quer racionalizar e não criar novos órgãos, nem criar novas carreiras. Há uma ideia no Planejamento para reduzir as 304 carreiras atuais para 10. A ideia é que servidores recebam por níveis, não por carreiras. É impossível um gestor negociar 304 aumentos salariais. Isso só fomenta a corrupção e cria distorções. Assim, entende que é possível pautar-se pelas 70 novas medidas para identificar o que pode ser feito, inclusive aquilo que pode ser desenvolvido pelo Poder Executivo sem a necessidade de Lei. Cita, por exemplo, a regulamentação do Lobby, a qual o Presidente Temer somente não assinou por não querer assinar nada sem que se passe pelo gabinete de transição, para não ser interpretado como uma tentativa de pautar a próxima gestão. A próxima gestão já colocou essa temática no discurso: regulamentação do lobby, criação de critérios mínimos para ocupação de cargos, entre outros temas, sendo que isso pode ser tratado com antecedência entre os membros do CTPCC, a fim de definir a pauta com antecedência.

**Claudia Taya (CGU):** Conforme previsto na programação, para alinhar as expectativas, o ministro contextualizou bem as ações. Agora, a palavra será passada a cada um dos participantes para que relatem as expectativas e sugestões para os próximos trabalhos.

**Marina Ferro (Ethos):** Informa sobre movimento que lançaram no ano passado, em conjunto com as empresas, com uma metodologia emprestada da Transparência Internacional para avaliar o quanto o Estado está preparado para enfrentar a corrupção. A análise foi feita em vários países e adaptada para o Brasil. Analisamos toda legislação referente à transparência e combate à



corrupção nos últimos 15 anos, de 2000 a 2015, nos pilares da sociedade civil, legislativo e setor privado. Com esse documento, tiveram subsídio para criar o Plano Nacional de Integridade. Assim, foi lançado o movimento empresarial no qual as empresas se comprometem a se desenvolver no que falta (em termos de legislação). Os grandes ganhos foram a produção de conteúdo e o engajamento do setor privado. Isso gerou maturidade para se definir o que deve conter um programa de integridade. A partir desses compromissos contidos na carta do Movimento Empresarial pela Integridade e Transparência, tem-se elementos para produzir um Plano de Integridade mais robusto. Além disso, cita que ferramentas foram desenvolvidas para colocar isso em prática. Sobre a Carta, cita ainda as propostas para o poder público, com um grande ganho nos últimos tempos na relação público privada na prevenção e combate à corrupção. Fala ainda sobre uma série de propostas, contempladas nas novas medidas contra a corrupção, bem como do acúmulo das experiências e dos desafios de articular essas diferentes frentes que perpassam o CTPCC como, por exemplo, a ENCLCA. Registra a importância da manutenção do Ministro da CGU e da reformulação do CTPCC. Sugere que a integração de programas e iniciativas que medem a integridade e sua eficácia na prática. Registra a importância sobre os aplicativos, em especial o citados pelo ministro, para que seja possível integrar os que também são desenvolvidos pelo Ethos.

**Caio Magri (Ethos):** Que o CTPCC possa se debruçar de maneira reflexiva, avaliativa nos pacotes das novas medidas. O Ethos traz o olhar sobre o que é necessário e fundamental para as empresas. Registra que é importante ter um olhar, junto com a CNI, para checar o sentido que fazem essas propostas. Não podemos pensar em centenas de propostas, mas ter um foco específico. Sugere resgatar algumas questões que o Conselho anterior tinha e que façam sentido para este Conselho. Por exemplo, a proposta legislativa importante da Transparência Brasil (que faz parte das novas medidas), que é a perspectiva da redução de cargos em comissionamento no governo federal.

**Marina Ferro (Ethos):** Indica que é preciso verificar uma forma dos membros do Conselho contribuirem de forma mais constante do que reuniões apenas em reuniões trimestrais. Sugere ainda que o nome do aplicativo relacionado à integridade (*The Integrity App*) seja em português.

**Ministro Wagner Rosário:** Explica que o mesmo aplicativo é utilizado em vários países, por isso a nomenclatura em inglês.

**Marina Ferro (Ethos):** Informa que no nível internacional, o Ethos tem atuado com multinacionais para pensar como aprimorar esses programas internacionalmente, pensando em outros países, e diz que é possível contribuir nesse sentido.

**Claudia Taya (CGU):** Sugere intercalar apresentações de representantes da sociedade civil com do poder público.

**Rodrigo Fontenelle (MP):** Pede desculpas por alterar a ordem de fala, mas registra que terá que sair mais cedo e que o Jailor, suplente e Corregedor do Ministério do Planejamento, assumirá seu lugar à mesa. Quer deixar uma contribuição em alguns pontos, alguns já mencionados pelo Ministro Wagner, nos quais já há evolução no Ministério do Planejamento. O maior desafio será trazer maior efetividade para as iniciativas de compliance e gestão de riscos, além de todos os outros



tratados pelo Conselho. Muito tem se falado nesse assunto e, na fala de alguns, isso tem se tornado uma panaceia. Isso não pode ser visto dessa maneira. A CGU e o Ministério do Planejamento criaram uma rede de governança, integridade, riscos e controle interno. Relata um infeliz resultado na última reunião na rede, quando pediu para que apresentassem casos de sucesso. O Ministério do Planejamento apresentou um caso prático sobre o TaxiGov, mas os outros órgãos focaram em apresentar como estão fazendo a gestão de riscos. A gente vai ser cobrado por resultados práticos. O MP criou diversos painéis, que tem reduzido o número de pedidos da LAI, como o PEP (Painel Estatístico de Pessoal). Além do PEP, também foram criados painéis sobre obras do PPA e transferências voluntárias. Em relação ao Código de ética, fizeram uma campanha que tem sido utilizada por outros órgãos. Chama-se: "Não é legal". Mostrar o que não deveria ser feito. A pegada é interessante por conta da ambiguidade: é algo que não é "legal" porque não é bacana, mas também não é porque fere algum mandamento da lei. Por fim, informa que o [Sistema Agatha](#), programa da gestão de riscos do Ministério do Planejamento, está em software livre, no [Portal do Software Público](#). Mais de 3 mil instituições já baixaram e, de forma efetiva, mais de 60 órgãos utilizando. Por alto, pode-se pensar numa economia da R\$ 60 milhões proporcionada aos cofres públicos. Como se chega nesse valor? Qualquer sistema para se adquirir no mercado, custa, a partir de R\$ 1 milhão, confirmado pelo recebimento de diversas cotações. Há várias entidades utilizando, como AGU e Ministério dos Esportes. Pede licença, pois tem que se ausentar e coloca-se à disposição para apresentar quaisquer casos, caso tenham interesse.

**Claudia Taya (CGU):** Passa a palavra para a Tatiana Bastos, representante do Observatório Social do Brasil.

**Tatiana Bastos:** Aproveitando a presença da Roni Enara, Diretora Executiva do OSB, gostaria de passar a palavra a ela para considerações iniciais.

**Roni Enara:** Registra o quanto avançou o controle social a partir da empatia e do acolhimento que a CGU tem com a sociedade civil e, a partir da CGU, começou a ter essa receptividade em outros órgãos. Lamenta que em outros órgãos ainda há um distanciamento ou não enxergam a sociedade civil como parceiros. O CTPCC pode ajudar a mostrar que a sociedade civil está disponível e pode ser a capilaridade que os órgãos não conseguem ter. Outra questão que vem sendo discutida há muito tempo é que os projetos de controle social carecem de financiamento. Há algumas fontes de financiamento, só que ainda não estão acessíveis porque não tem esse olhar para com a sociedade, como o Fundo de Direitos Difusos, muito mais voltado para os direitos do consumidor. Mas isso não está disponível para financiar as ações da sociedade civil e dos órgãos públicos: de controle social e educação para ética e cidadania. Tratou do problema do contingenciamento dos recursos da União sobre essas ações. Deixa como sugestão, como uma lei de incentivo fiscal para captar recursos na iniciativa privada. Além disso, um possível fundo a ser criado a partir dos recursos obtidos nos acordos de leniência, pois são recursos obtidos a partir da recuperação advinda de atos e corrupção. Tatiane Bastos tem experiências exitosas no trabalho em parceria com órgãos públicos. Na próxima reunião, trazer algumas experiências exitosas que possam mostrar o quanto podemos fazer juntos, inclusive no Projeto Um por Todos e Todos por Um.



**Tatiana Bastos:** Reitera questões sobre o fomento ao controle social. O Observatório é formado por voluntários, de forma apartidária. Ter a sociedade junto é a melhor forma de melhorar efetivamente os serviços públicos e administração como um todo. Encontrar mecanismos para financiar essa atuação deve ser uma preocupação do. Em relação as alterações que serão propostas para LAI, trazer esse assunto para ser debatido neste fórum para este fórum para amadurecermos, pois lidamos com a LAI como uma ferramenta do controle social e podemos contribuir.

**Ministro Wagner Rosário:** A gente pode trazer. As mudanças são com relação aos prazos, somente para recursos. O prazo é bom, mas para recurso, são cinco dias corridos e tem sido inviável. Sobre a questão dos Fundos, é um assunto que a gente pode trabalhar, mas a gente não vai conseguir discutir isso devida profundidade. A gente pode discutir, mas os Fundos tem funcionado para dar disponibilidade de caixa para união. Sobre os recursos advindos dos Acordos de Leniência, os recursos de multa podem ser possíveis. Os de ressarcimento, não tem como pensar. Problema maior com estatais, por conta dos acionistas. Vai ser um amadurecimento e é bom estarmos atentos a isso, caso haja uma mudança de visão. Vai ser uma batalha difícil.

**Roni Enara:** Sobre os percentuais e os recursos advindos de multa, talvez não tenha me expressado adequadamente. O controle social custa barato. Em 4 anos, nas 100 cidades, economizamos mais de 3 bilhões. Isso não custou 3 milhões de reais. Custam muito pouco. Um pequeno percentual já ajudaria muito. Sobre os diversos portais, é ainda um gargalo que encontramos. Muitos municípios pequenos não alimentam, cada um é uma empresa que presta serviço. Quanto mais conseguirmos investir nessa área, melhor será. Vai nos ajudar bastante a evoluir.

**Ministro Wagner Rosário** – Pede desculpas, pois tem que se ausentar e espera que isso não se repita nas próximas vezes. Às 17h15 embarca para o Rio Grande do Sul. É uma reunião de interesse do CTPCC, uma vez que diz respeito aos acordos de leniência. O TRF-4 tem sido um importante ator, uma vez que decisões do TRF-4 obrigaram as instituições se falarem. Quer evitar a insegurança nos acordos de leniência. Houve uma decisão judicial que diz determinou que a CGU, o Ministério Público e a AGU se reunissem e resolvessem. Hoje já se tem bem apalavrado com o Ministério Público: toda vez que forem grandes casos de corrupção, já se chama o procurador natural para dentro dos acordos. Toda vez que forem casos pequenos, não se chama o Ministério Público, resolve-se na CGU e depois encaminha. Pede desculpas mais uma vez e diz que na próxima reunião voltaremos a tocar assuntos importantes.

**Claudia Taya (CGU):** Temos a equipe tomando nota e depois o resultado da reunião serão apresentados ao Ministro. Passamos agora a palavra ao Julio, representante da AGU.

**Júlio Ribeiro:** Reitera a satisfação da AGU participar do CTPCC. Parabenizar o trabalho da CGU, com resultado mais do que satisfatório. Fala sobre a estreita relação da AGU com a CGU, principalmente



nos acordos de leniência. Um ponto para o ano de 2019, a AGU sugere que seja foco de atenção no CTPCC, são as alterações na lei de improbidade administrativa. É um tema que nos preocupa no sentido de estarmos atentos a ela e inseridos nessa discussão. Traz uma repercussão muito grande na AGU, no combate à corrupção. Tem exemplos de Projetos de Lei apresentados recentemente no Congresso que mudam bastante a Lei de Improbidade Administrativa. Fica a sugestão de tema para o CTPCC discutir e fazer um acompanhamento. Há outros, mas cita dois PLs no congresso que preocupam: PL nº 10.877/2018 e nº 11.114/2018, que estão em trâmite na Câmara dos Deputados. Isso é muito importante para AGU, pois pode alterar completamente o modelo de persecução desses atos de improbidade, tanto no âmbito do Executivo, como judicialmente. Como a AGU se insere nesse meio, este é um tema muito caro. No mais, fala da satisfação da AGU, e sua, em participar. Acredita que o tema da transparência e do combate à corrupção são um só, não existe combate à corrupção sem transparência.

**Claudia Taya (CGU):** Agradece ao Júlio e passa a palavra ao Álvaro Frakedin, presidente do CONACI, parabenizando-o pelos resultados do Rio Grande do Sul na Escala Brasil Transparente.

**Álvaro Frakedin:** Apesar de representar a sociedade civil, eu me sinto no meio, entre a sociedade civil e o governo. Representando os estados e municípios, somo o único órgão que representa todos os estados e os 5.570 municípios. A União faz parte do CONACI, com o Ministro Wagner e Secretário Federal de Controle Leonel. Sendo o colegiado que mais conhecem de administração pública, sabemos bem dos problemas que a União enfrenta o que a sociedade enfrenta por lidar com essa realidade na ponta. Em linhas gerais, o CTPCC destaca os objetivos e competência contidos no Decreto que reformulou o Conselho. Opina que devemos pensar no que podemos ser mais efetivos, considerando a realidade dos estados e municípios que represento (questão). Precisamos pensar nas pessoas que vão dar capilaridade nas nossas ações. Dar a elas, voz, ação, vez nas unidades e nos governos locais. A forma que vê disso acontecer é ter um sítio eletrônico do conselho, que a gente diga que a transparência e o combate à corrupção existem e que há órgãos e pessoas preocupados com isso. Ao mesmo tempo, para dar capilaridade, é possibilitar acesso às ferramentas (falta recursos) aos Estados e Municípios. Fazer articulação com todos os órgãos que tem ferramentas e soluções prontas. Se nos unirmos, conseguiremos dar finalidade aos nossos propósitos.

**Otavio Moreira:** Informa que fica muito feliz com o interesse do CONACI em participar do CTPCC. As linhas são tênues entre as temáticas da transparência e do combate à corrupção. A gente tem a preocupação de fazer chegar as soluções na ponta, junto com a necessidade de saber o que se passa, quais são as necessidades locais.

**Álvaro Frakedin:** Destacou a importância de tratar das questões de ética e cidadania com a capilaridade dos órgãos estaduais e municipais. Há 10 anos o Rio Grande do Sul estava amargando o 15º lugar nos rankings de transparência e terminar esse ciclo do governo com o 2º lugar é excelente.

**Claudia Taya (CGU):** Passa a palavra a Adriano Souza da Casa Civil.

**Adriano Souza:** Existe um conjunto de projetos de lei que o governo encaminhou e não caminharam no congresso. A questão da integridade está bem marcada num decreto e mesmo assim, muitas



Universidades e Institutos Federais que não cumpriram. Não fico só preocupado com a União, mas com estados e municípios e outros Poderes além do Executivo. Existe uma outra questão também, que é o PL de Finanças Públicas, que revisita a Lei 4.320. O PL enviado melhoraria a estrutura contábil e já seria possível chegar nos resultados já na execução orçamentária, sem esperar o ano ou o mês serem concluídos. Apresenta outra questão, na qual vários países da comunidade europeia já eliminaram os cheques. Aborda isso para informar que diversas Prefeituras que sacaram com o cheque o saldo do FUNDEB no dia 30 de dezembro. Eliminar o cheque é um avanço na rastreabilidade dos recursos. Precisamos convencer o Banco Central para tirar o cheque no Brasil. Uma outra questão é a transparência nas transferências. O SICONV não tem o total das transferências. É preciso evoluir para uma plataforma única e uma única prestação de contas para as transferências. Como última sugestão, registra que existem várias medidas para racionalizar o uso dos recursos públicos, compras, força de trabalho, de políticas públicas. Esperar a auditoria atuar, a terceira linha de defesa, é uma atuação muito depois do processo. A gente tem que evoluir de modo que essa técnica de controle seja de quem faz ou mapeia o processo. A questão de governança nos ministérios já tem sido positiva. Desenhar seus processos e tentar desburocratizar, colocar técnicas de controle, repensa-los a cada 4 anos, cria-se sinergia em que todos estariam buscando melhorar.

**Claudia Taya (CGU):** Passa a palavra ao Manoel da Transparência Brasil.

**Manoel Galdino:** Registra que a felicidade no retorno do CTPCC. Lembra que a Transparência Brasil já fazia parte do Conselho, que foi extremamente importante para aprovação da Lei de Acesso à Informação. Destaca o trabalho da Transparência Brasil, lembrando da atuação que a entidade tem em 3 diferentes áreas: Transparência, Integridade e Controle Social. Sobre o Controle social: cada vez mais na experiência da Transparência Brasil, a resposta está em fortalecer a sociedade civil. Relaciona exemplos de temas para discussão do CTPCC: i) avaliação de políticas públicas. Para sociedade defender a boas práticas de políticas públicas, é preciso saber o que funciona e o que não funciona. Na Transparência Brasil alguns programas de educação são monitorados. Por exemplo, há a meta, no PNE, de 50% das crianças de 0 a 3 anos nas creches. Se formos buscar a relação entre o PNE, a LDO, PPA, os recursos orçamentários que vão para o FNDE e as decisões efetivas entre creches e escolas, não tem relação nenhuma uma coisa com a outra. Não há ninguém observando para saber se o orçamento que é designado, o planejamento que é feito, as decisões que são implementadas e as políticas que estão sendo executadas, se cumprem os objetivos que foram traçados. Se a gente faz legislação que não consegue cumprir, desmoraliza e a sociedade não consegue fiscalizar. Um segundo item que foi negligenciado, inclusive pela Transparência Brasil, diz respeito a trazer as comunidades e povos tradicionais para ao controle social. Fizemos uma mesa no último encontro brasileiro de governo aberto. A gente via que outros países tinham essa discussão e isso não ocorria no Brasil. Existe legislação que obriga consulta a povos tradicionais, quando são afetados, mas isso não se cumpre. Este Conselho poderia ter um papel importante nessa questão, para que o Brasil cumpra compromissos internacionais celebrados nesse sentido. Por fim, na área de controle social, registra que ficou feliz com a fala do Conselheiro **Adriano**, pois não conhecia a proposta de plataforma única



par transferências governamentais. É um tópico muito importante, pois consegue fazer um kink com estados e municípios, e a União pode atuar de maneira impactante. Informa em primeira mão que a Transparência Brasil vai iniciar um projeto novo, além do “Tá de pé”, para monitorar obras de creches e escolas, vão agora monitorar merenda, FUNDEB e o transporte escolar. Estamos ampliando nossa atuação nisso e vê que é algo que precisa melhorar bastante. Nas áreas de transparência, destaca a importância dos seguintes temas: a plataforma única de e-Sic; discutir na LAI a questão de sigilo, que envolve outras instituições; regulamentação melhor sobre o que é trabalho adicional, pedido desarrazoado, etc. (incluir outros tópicos no debate da LAI, além do prazo); relação de nova Lei de proteção de dados pessoais e a LAI. Cita um artigo publicado pelo ex-Conselheiro do CTPCC pela Transparência Brasil, **Claudio Abramo**, pouco antes de falecer, que registra a preocupação de como a legislação de proteção de dados pessoais possa restringir a transparência. Então, temos que discutir no CPTCC para que a interpretação da Lei de proteção de dados pessoais não prejudique a transparência pública. Por exemplo, se se considerar que o CPF é um dado pessoal, que deve ser protegido, que não deve ser concedido, vai se dificultar muito a fiscalização de políticos, de servidores públicos, pois o CPF é a chave única utilizada para cruzamentos. Por fim, na área de integridade, as estatais acabaram ficando um pouco distantes da fiscalização efetiva que os órgãos de controle poderiam fazer. Está em tramitação no congresso uma reformulação da lei de licitações, então o CTPCC pode dar uma contribuição, pelas pessoas que reúne, para que a legislação avance e não seja um retrocesso. Ainda fala sobre os cargos de livre nomeação (regulamentar para que não fique como é hoje). Reforçar a questão de recursos para ao controle social, como a **Roni Enara** destacou. Não dá para tratar de todos esses temas em um ano. Teremos que priorizar e a formação de grupos de trabalho é importante para operacionalizar essas prioridades. Cita o exemplo do Conselho de Transparência de São Paulo, que também participa, no qual os Grupos de Trabalho conseguem dar mais agilidade e discutir com mais profundidade as coisas. Dependendo do interesse e das expertises das pessoas, as discussões vão acontecendo e vão sendo produzidos relatórios para o Conselho.

**Claudia Taya:** Agradece ao Manoel. Diz que a CGU também tem essa intenção. As propostas estão sendo catalogadas, tudo vai ser sistematizado e será repassado aos conselheiros. Os recursos e as pessoas são limitados, mas agora que o Conselho foi reformulado e efetivado, a ideia é fazer planos de ações para que a gente comece cada ano sabendo o que será atacado em cada período. Passa a palavra para a conselheira Graça Almeida.

**Graça Almeida:** Agradece ao Ministro da Justiça pela indicação e registra a responsabilidade de todos em discutir e propor medidas. Lembra as atribuições do Conselho que estão contidas no Decreto que o reformulou. A ouvidoria, da qual é titular, hoje é um braço forte do programa Brasil Eficiente. Fez considerações sobre o papel da ouvidoria na Administração Pública federal. Informa que o Ministério da Justiça avançou em termos de políticas de dados abertos e, nesse sentido, destaca a importância do assento ocupado pelo Ministério da Justiça no OGP. A Ouvidoria é quem representa o Ministério da Justiça nesse colegiado. O futuro ministro da Justiça, Sérgio Moro, já deu entrevista em que ele apresentou alguns elementos que condicionam nosso zelo com a proteção ao denunciante. Destaca que essa saiu na mídia. Sugere que se busque conhecer os Projeto de Lei que estão tramitando no



Congresso Nacional, para dar peso maior à atuação do CTPCC. Deixa uma reflexão sobre as capacitações nas temáticas que serão tratadas neste Conselho.

**Claudia Taya:** Agradece a fala e registra que há mesmo essa intenção de aprofundar as ações de capacitação e se for possível será aberta para todos. Passa a palavra para o Sérgio Andrade, representante da Agenda Pública.

**Sérgio Andrade:** Afirma que está feliz de reencontrar os colegas da CGU. A CGU é um órgão inovador. Avalia que a régua do conselho é alta. Chama a responsabilidade, para além da expectativa que se abre num novo governo, estamos diante de uma janela para os temas tratados neste Conselho. Avalia que CGU foi sempre muito comprometida com inovação. Este conselho também tem que ter esse compromisso. E vê o Conselho pronto para esse debate, o da participação. Coloca a questão: o que é participar no âmbito de um conselho de políticas públicas? Quem está pensando uma nova arquitetura de participação na Esplanada? Temos uma oportunidade de discutir os dilemas da participação: dilema da efetividade. Como podemos tornar mais efetiva a participação? É uma descoberta a ser feita. Não há nenhum conselho nacional com esse mandato. Este conselho tem possibilidade muito interessante de pautar esse tema. Concorda com conselheiro **Alvaro Frakedin** e demais colegas sobre a questão da descentralização e capacidades. Em que medida podemos construir novos arranjos com essas formações. Não é possível chegar em novos territórios sem pensar em novos arranjos institucionais. Como é que criamos novos arranjos institucionais? Estamos aqui para inovar e para errar também. É de fato um momento que se abre para pautas como essa. Além disso, tratou da discussão sobre o novo controle. Temos colegas muito qualificados nessa temática. Controle baseado em efetividade. Como podemos mudar uma narrativa pautada no medo para algo mais maduro. Oportunidade de iniciativas que podemos trazer para o CTPCC, no diálogo com outros atores institucionais, como Tribunais de Contas. No caso dos Tribunais de Contas, cita o exemplo de São Paulo, nos termos do diálogo para ao futuro. Acredita que pode trazer para o debate a agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em especial do 16. Que ajuda a discutir de forma original com multi-atores. Além disso, tratou da importância da agenda de govern tech para a pauta da discussão de controle interno. Informou que vai ser criada uma frente parlamentar do GoV Tech. Relata que o deputado Calero foi eleito com essa bandeira e se comprometeu com essa pauta. Sabemos da importância da infraestrutura de dados. Discutir interfaces com outras frentes que vão nos oportunizar estradas para uma discussão frutífera. Resume a fala listando as pautas que julga importante: governo e tecnologia e a interface com outros atores, a nova arquitetura da participação, descentralização de capacidades e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

**Otávio Moreira:** Registra que não só a CGU abriu a oportunidade de Grupos de Trabalho no novo Conselho, mas também a oportunidade de convidar atores relevantes. Podemos utilizar os dispositivos para outros atores para tratar dessa transversalidade.

**Claudia Taya:** Agradece a fala do Sérgio e passa a palavra para o César Galiza, representante da CNI.

**César Galiza** – Agradece a Secretaria e fala que, pela parte da CNI, a expectativa é positiva. O nível de responsabilidade é alto por ter assento neste colegiado. A CNI vai contribuir no debate, na



melhora de políticas públicas, compartilhando trabalhos e estudos que possui como, por exemplo, regulamentação do Lobby e melhorias na regulamentação da LAI, como a questão da agenda pública das autoridades.

**Claudia Taya:** Agradece a fala do César e, para finalizar, para a palavra à Maria Ivoneide da UnB.

**Maria Ivoneide:** Abre a fala fazendo um esclarecimento sobre sua indicação, informando que a pessoa que representará a UnB será a professora Juliana, que coordena um grupo de pesquisa relacionado à temática do Conselho, e a doutoranda que trabalha com ela. Pondera que, para além do olhar da pesquisa, que a professora trará, a participação da Ouvidoria da UnB traria também o olhar da gestão. É com muita honra, com muita satisfação e alegria que se apresenta ao Conselho e que a UnB se apropria desse espaço. Destaca uma série de assuntos que vem sendo realizados na UnB e registra elogio para a qualidade dos trabalhos da CGU. A partir disso, entende que a posição das universidades é a de otimizar todos os procedimentos possíveis. A UnB, em particular, se prontifica a andar junto, mediante todos os princípios da legalidade, bem como otimizar todos os processos que contribuem para o crescimento do país, da instituição como um todo e dos servidores públicos. Nós sabemos, entendemos e queremos ser esse espaço de controle e de participação social e coaduna com a fala do Ministro Wagner Rosário. Pontua a necessidade de um diálogo mais afinado com esse olhar. Explicita, ainda, que é função da universidade formar quadros profissionais para este país e, oxalá, que sejam quadros mais éticos. Além disso, trata da **formação do formador**, que a Universidade representa. Por isso, sair com uma frente de formação das instituições seria muito oportuno para o CTPCC. Dentro dos **espaços das universidades**, respeitando-se, sua autonomia; repensaria o papel das corregedorias nas Universidades. Outrossim, o papel da pesquisa e da extensão. Sugere um projeto como o do ouvidor mirim dentro do ensino fundamental. E destaca a importância de avançar para a educação superior. Elenca, em resumo, os três tópicos que julga relevantes para o Conselho: i) a formação do formador; ii) o espaço das universidades e, como o Ministro Wagner abordou, a iii) a questão das carreiras, pensando em unificá-las, com o olhar nos três Poderes, no que couber e no que for possível.

**Otávio Moreira:** Faz um lembrete de que as reuniões CTPCC são públicas, dizendo que a atual conselheira pode ficar à vontade para comparecer às próximas reuniões.

**Jailor Capelossi:** Diz que faz questão de pronunciar, mesmo com a fala já feita pelo Rodrigo Fontenelle, titular do Ministério do Planejamento, já que a experiência e vivência que tem no Ministério e na Administração Pública é diferente da que possui o titular. Informa que é Corregedor no Ministério do Planejamento e Advogado da União. É Corregedor no Planejamento desde 2012, tendo sido até agora o primeiro e único. Destaca a importância de fortalecer as corregedorias. Importante que o Conselho passe a mensagem de fortalecer as corregedorias. Até porque são as corregedorias que vão apurar, no fim das contas, as irregularidades que acontecem na Administração direta e indireta. Cita que lida com vários tipos de problema, desde de servidor que baixa aplicativo para bater ponto a problemas graves de corrupção. Cita o exemplo da Secretaria do Patrimônio da União, que é um órgão extremamente complicado, que está em todo o país, com uma série de denúncias de cobrança de propina, mas conta com apenas 14 servidores na corregedoria do



Ministério. Mesmo assim, tem na corregedoria mais de 200 processos de apuração. Outra questão é a alteração da Lei 8.112, em especial as questões que tratam dos processos administrativo disciplinar. A Lei é praticamente uma cópia do estatuto antigo e poucas novidades tem em relação a esse assunto. As corregedorias enfrentam grandes dificuldades nesse sentido. É um assunto importante a ser tocado. Um outro aspecto é saber trabalhar com inteligência. Saber identificar onde estão os problemas. Cita um exemplo no MPOG, informando sobre um setor de inteligência que realiza auditoria na folha de pagamento, 24h por dia, 365 dias por ano. Agradece o convite e a nomeação.

**Claudia Taya:** Agradece as palavras, informa que estamos anotando todos os assuntos. Informa ainda que a CGU tem a CCC (Comissão de Coordenação de Correição) e a CCI (Comissão de Controle Interno). As pautas que forem muito específicas, o CTPCC vai absorver e passar para essas Comissões como pleito, uma vez que são bem específicas, para que o Conselho não sombreie outras áreas nem se embarace com essas propostas.

**Roni Enara:** Questiona se o CTPCC poderia tratar do fomento de conselhos de transparências estaduais e municipais, se o CPTCC poderia ser indutor. Outra questão, seria a atuação junto aos demais conselhos de políticas públicas, de instrumentalizá-los, para que o controle social se dê por meio deles. Relata que hoje fomos surpreendidos no FNDE, em 21 cidades em que o OBS está atuando há 1 ano e meio e não se tem notícia da existência desses conselhos, mas no FNDE foi dito que eles existem.

**Otávio Moreira:** Muito dos temas que foram colocados aqui estão na nossa pauta de interesse: a questão dos conselhos, avaliação de políticas públicas, disseminação de instrumentos e capacidades para estados e municípios, uma visão nacional de transparências com um padrão nacional ou um portal nacional de transparência. Alguns pontos que nos interessam trabalhar no Conselho: i) uma coordenação maior das ações de transparência no âmbito do governo federal – isso foi parte do pleito que na Estratégia de Governo Aberto levou à atualização do Conselho –; ii) abertura das notas fiscais eletrônicas das compras públicas. Isso é importante para o Conselho porque há um interesse nosso para disseminar essa prática para estados e municípios, além de contar com a contribuição da iniciativa privada, por meio da CNI, pois seria muito útil se cedessem algumas bases de notas fiscais, sem necessariamente identificar as empresas, para poder comparar como o setor público vem comprando comparando as mesmas aquisições do setor privado; iii) como estamos no trabalho de monitoramento e incentivo dos órgãos para abertura de bases, tentar mapear dentro do universo da transparência e do combate à corrupção, levantar que bases deveriam ser priorizadas em termos de abertura em dados abertos. Passando para outro assunto, informa sobre o Regimento Interno, a ideia é não trazer isso para reunião construir o Regimento de forma virtual, para não gastar muitas reuniões presenciais do CTPCC para isso, já que são tão raras.

**Claudia Taya:** Vamos fazer os encaminhamentos, já temos os dados de vocês e vamos ver se já faremos um grupo de Whatsapp, para estarmos integrados e nos falarmos mais rápido. Sugere que a CGU sistematize as proposições, repasse a todos os conselheiros para priorização, para que possamos definir 3 temas prioritários para que o CTPCC se dedique no ano que vem. Após isso, poderemos nos dividir em Grupos de Trabalho. Outra sugestão diz respeito às 70 medidas. Diz que a



CGU vai identificar nos próximos dois meses as propostas que dizem respeito ao Conselho, para que possamos escolher uma ou duas para atacar com prioridade. Por fim, sugere que a próxima reunião ocorra na última semana do mês de março 2019.

**Otávio Moreira:** Informa que a CGU vai estudar uma boa ferramenta colaborativa para identificar os Projetos de Lei de interesse do Conselho. Com todos identificando os projetos, vai ajudar muito o nosso trabalho.